

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

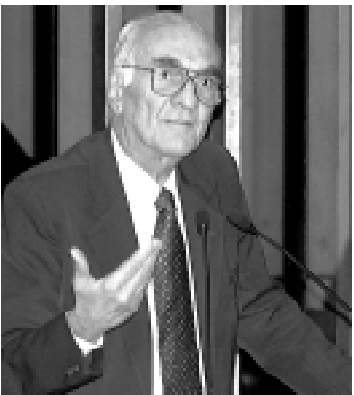
ANO VIII – Nº 1.437 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2002



Carlos Bezerra propõe a regulamentação de juros prevista na Constituição

CCJ deve votar regulamentação dos juros em 12% ao ano

Projeto do senador Carlos Bezerra que regulamenta a cobrança de juros reais no máximo em 12% ao ano está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Roberto Saturnino quer evitar reajustes de tarifas em níveis superiores à inflação

CAE discute projeto que limita aumento de tarifas

Comissão de Assuntos Econômicos examina proposta de Roberto Saturnino que visa evitar tarifas abusivas de serviços públicos, limitando reajuste à variação do IPCA.



Tião Viana: governo ignorou alerta de autoridades sanitárias a respeito de surtos endêmicos

Viana: retorno de doenças se deve aos cortes nos investimentos

Males como dengue, tuberculose, malária e hanseníase podem ser vencidos se houver decisão política e investimentos efetivos, afirma Tião Viana, lamentando corte de verbas.

PÁGINA 4

Medida que amplia atuação da Polícia Federal está na pauta

Congresso analisa medida provisória determinando que crimes de seqüestro, formação de cartel e violações aos direitos humanos sejam também investigados pela Polícia Federal.

PÁGINA 3

Congresso retoma atividades e examina combate à violência

A segurança pública é um dos temas dominantes da pauta do Senado e da Câmara, cujos trabalhos serão retomados hoje com a instalação da quarta sessão legislativa da atual legislatura. Após a solenidade, serão designados membros da comissão que analisará a matéria.



O Congresso tem pauta extensa na retomada dos trabalhos: 245 propostas sobre a segurança pública

PÁGINA 3



Tebet pede a votação imediata de propostas que já foram amplamente discutidas

Tebet quer pressa nas reformas política, tributária e da Justiça

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que solicitará aos líderes e presidentes de comissões, hoje, que adiantem a análise de pontos essenciais das reformas política, tributária e do Poder Judiciário. A reunião será realizada após a instalação dos trabalhos legislativos. No âmbito da reforma política, Tebet citou as questões da fidelidade partidária e do financiamento público das campanhas eleitorais. Quanto à reforma do Judiciário, ele considera possível votar a parte relativa aos recursos judiciais.

PÁGINA 2

Tebet defende exame de matérias essenciais

Presidente do Senado reúne-se à tarde com líderes e presidentes das comissões para discutir matérias que deverão entrar logo em pauta

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que, na reunião de hoje com os líderes e presidentes de comissões, vai solicitar que adiantem a análise de pontos essenciais das reformas política, tributária e do Judiciário. A reunião será realizada após a instalação dos trabalhos legislativos, marcada para o meio-dia.

— Temos que votar rapidamente os pontos que já foram amplamente discutidos e que contam com certo consenso nas duas Casas — afirmou Tebet, acrescentando que essa é uma das maneiras de o Congresso contribuir, por exemplo, para o combate à violência.

No âmbito da reforma política,



Segundo Ramez Tebet, projeto que prorroga CPMF também deverá receber prioridade

o presidente do Senado citou as questões da fidelidade partidária e do financiamento público das campanhas eleitorais. Quanto à reforma do Judiciário, ele considera possível que os pontos relativos aos recursos processuais sejam votados prioritariamente. Já

sobre a reforma tributária, o senador julga possível a votação de um sistema que possa combater a sonegação fiscal com maior rigor.

Tebet disse que os líderes devem elaborar, na mesma reunião, a lista de medidas provisórias que serão votadas rapidamente para que as pautas de trabalho não fiquem trancadas.

Ele disse que não considera uma ingerência o fato de o presidente Fernando Henrique ter elaborado uma lista de projetos para o Legislativo analisar neste semestre com vistas ao combate da violência.

— O Executivo está no seu papel quando diz o que considera importante, mas quem faz a pauta é o Congresso, e toda a população sabe que o Legislativo não está se furtando ao seu dever — afirmou.

Projetos prioritários marcarão semestre

A vida política em 2002 será marcada pela eleição do presidente da República, governadores, senadores e deputados, mas o Congresso já articula uma agenda de projetos prioritários a serem votados ainda no primeiro semestre. No Senado, os líderes partidários devem se reunir na próxima terça-feira para definir quais

matérias entrarão em pauta.

O governo encaminhou ao Parlamento uma relação de 67 projetos que gostaria de ver votados este ano. Mas a atenção do Poder Executivo deverá estar voltada para a aprovação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A quantidade de proposições

selecionadas pelo governo foi considerada excessiva até mesmo por parlamentares dos partidos que dão sustentação ao Executivo.

Os líderes, no entanto, não tratarão das propostas que visem ao combate à violência. Uma comissão mista especial tratará especificamente dessa questão.

Duas medidas provisórias travam pauta de votação

As medidas provisórias nºs 8 e 9/01, que travam a pauta de votações da Câmara dos Deputados, também trancarão a pauta de votações do Senado tão logo cheguem à Casa para ser votadas. No dia 28 de novembro do ano passado, venceu o prazo para a deliberação sobre essas MPs na Câmara dos Deputados. E no dia 16 de dezembro venceu o prazo para que fossem analisadas no Senado.

Mas antes que essas medidas provisórias sejam votadas na Câmara e cheguem ao Senado, a Casa já tem uma ordem do dia com inúmeros projetos para deliberar, entre eles um do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), determinando o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

Aguarda também votação projeto oriundo da Câmara que denomina Aeroporto do Cacaú Es-



Pedro Piva é autor de substitutivo a projetos que restringem o uso de armas de fogo em todo o país

critor Jorge Amado o Aeroporto de Ilhéus (BA). Estão prontos ainda para serem votados decretos legislativos concedendo autorização para o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

Entre os projetos destinados a combater a criminalidade no país, encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que restringe o porte de armas.

Valores mobiliários e dívida agrícola

A Medida Provisória nº 8, que aguarda votação no Congresso, restabelece prerrogativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) retiradas pela Emenda Constitucional nº 32, de setembro de 2001, que determinou ser da competência exclusiva do presidente da República a iniciativa do processo legislativo para criar órgãos da administração pública, bem como para dispor sobre servidores públicos, regime jurídico e provimento de cargos.

Pelos termos da medida provisória, a comissão volta a ter personalidade jurídica e patrimônio próprios, com autoridade admi-

nistrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, bem como autonomia financeira e orçamentária. À CVM competirá, também, editar normas sobre requisitos para nomeação de administradores de sociedades que atuem no mercado de valores imobiliários, bem como decidir sobre condições de constituição e extinção das Bolsas de Mercadorias e Futuros.

Segundo dispositivos da Medida Provisória nº 9, outra que aguarda votação, as dívidas dos pequenos proprietários rurais poderão ter novo prazo para alongamento e repactuação.

Senador lamenta a morte de Marchezan

O senador Ramez Tebet lamentou ontem, em entrevista, a morte do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) e destacou o trabalho do parlamentar como defensor da educação. "Ele era um homem que entendia que é por meio da educação que nós podemos promover o desenvolvimento de um povo. Ele merece todas as home-

nagens do Congresso Nacional", disse.

Marchezan morreu na última segunda-feira, de parada cardíaca, aos 63 anos. A Câmara dos Deputados decretou luto oficial de três dias. O deputado foi parlamentar em cinco legislaturas e presidiu a Câmara entre 1981 e 1983. Mais recentemente, foi pre-

sidente da CPI dos Medicamentos e autor da lei do Bolsa-Escola.

Tebet também adiantou alguns pontos do discurso que fará hoje na abertura dos trabalhos legislativos: vai elencar as prioridades do país, com ênfase na questão da segurança pública, e o papel do Congresso Nacional com relação a elas.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2002

PLENÁRIO

12h — Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Instalação da quarta sessão legislativa ordinária da 51ª Legislatura. Plenário do Senado

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso instala hoje nova sessão legislativa

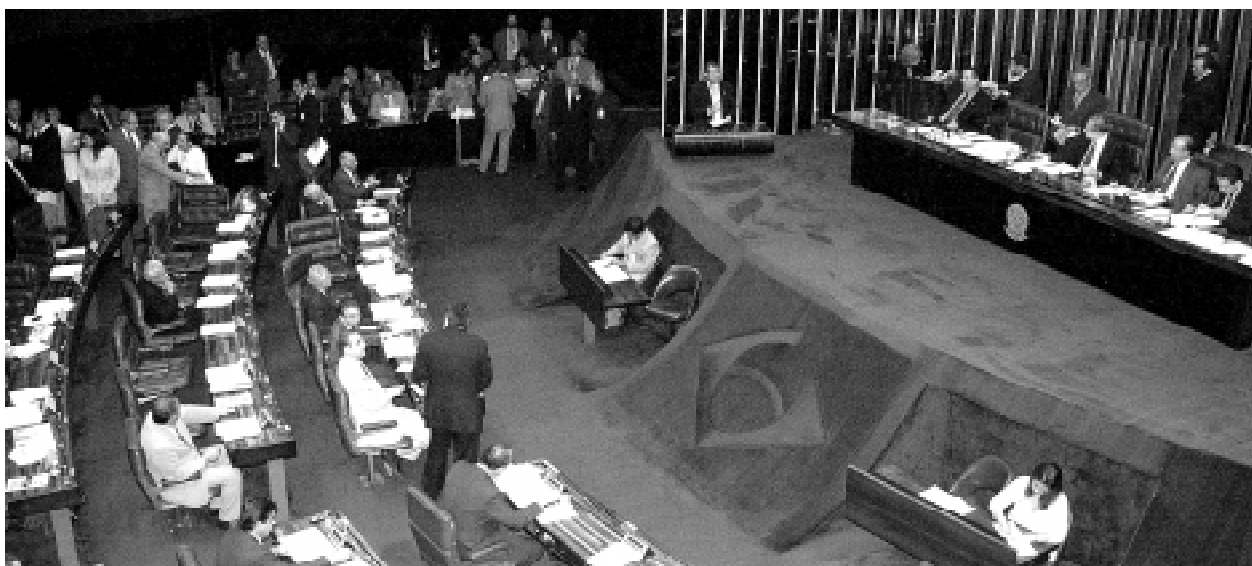
Após a solenidade de reabertura dos trabalhos, serão designados os integrantes da comissão especial que analisará as propostas de combate à criminalidade já em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado

O Congresso Nacional retoma oficialmente as suas atividades hoje com a instalação, às 12h, no Plenário do Senado, da quarta sessão legislativa da atual legislatura. O período, que coincidirá com o último ano de mandato de dois terços dos senadores e da totalidade dos deputados federais, terá como uma de suas prioridades o tema da segurança pública.

Na abertura da sessão, será lida pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso, deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), mensagem presidencial a ser entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente. Em seguida, haverá pronunciamento do presidente do Senado, Ramez Tebet. Comparecerá ao evento o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello.

Após a reabertura dos trabalhos legislativos, haverá uma nova sessão do Congresso para a designação dos integrantes da comissão especial que analisará os projetos em tramitação na Câmara e no Senado que tratam do combate à violência. Os 19 senadores e 19 deputados que vierem a ser escolhidos estudarão 245 matérias, entre projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo e propostas de emenda à Constituição (PECs).

Somente no Senado, tramitam 108 matérias ligadas ao combate à vio-



Congresso Nacional inicia a quarta sessão legislativa da atual legislatura ao meio-dia de hoje

lência, sendo nove PECs, 89 projetos de lei do Senado e dez projetos de lei da Câmara. As medidas em análise prevêem a ampliação de competência das guardas municipais, a redução da maioridade penal e a limitação da comercialização e do porte de armas de fogo.

A criação da comissão foi acertada entre os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, durante reunião realizada no Congresso no final de janeiro, com a participação de líderes partidários das duas Casas. Os membros da comissão terão 60 dias para elaborar uma lista de projetos que poderão ser examinados em Plenário, nas duas Casas, a longo dos próximos meses.

MP que amplia ação da Polícia Federal é um dos temas em exame

Entre as mudanças na legislação a serem examinadas pelo Congresso Nacional em 2002 com a finalidade de diminuir os índices de violência está medida provisória (MP) determinando que crimes de seqüestro, formação de cartel e violações aos direitos humanos – que tenham repercussão interestadual ou internacional – serão também investigados pela Polícia Federal, além da Civil e Militar. A medida provisória foi editada no dia 24 de janeiro deste ano e tem que ser examinada até o dia 15 de abril, de acordo com as novas regras para tramitação de MPs aprovadas em 2001.

O ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, afirmou na justificativa da MP que a medida é constitucional, uma vez que a Carta prevê a atuação da Polícia Fe-

deral em crimes com repercussão além do estado em que foram cometidos e que exijam repressão uniforme. No caso de seqüestro, a MP contempla crimes com motivação política ou quando motivados pela função pública exercida pela vítima.

A MP também refere-se a crimes de violação dos direitos humanos que o Brasil tenha se comprometido a reprimir em tratados internacionais. Entre esses estão tortura, genocídio, terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, exploração sexual infantil, tráfico de menores, trabalho escravo e tráfico de mulheres.

A edição da MP, explicou o ministro, justifica-se pela gravidade da situação atual e objetiva mostrar à população que o Estado não está inerte.

Simon: governo negligenciou segurança pública

O governo federal agiu com negligência em relação à segurança pública. A opinião foi manifestada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), em entrevista durante a qual fez uma breve análise dos sete anos do atual governo. Enquanto os criminosos



Segundo Simon, governo não fez nada para combater a violência

se organizaram cada vez mais e adquiriram novas armas, afirmou, o poder público tornou-se cada vez mais fraco, com as polícias civis e militares sem condições de enfrentar os bandidos. “O plano do governo federal para o combate à violência jamais saiu do papel”, lamentou o senador.

Na avaliação de Simon, o governo federal não fez absolutamente nada para enfrentar o crescimento dos índices de violência no país, deixando a responsabilidade de cuidar desse problema para os estados e

municípios. Com a omissão do governo federal, as quadrilhas encontraram terreno fértil para agir mais intensamente, assinalou.

Diante de episódios mais marcantes que vêm ocorrendo, como o assassinato do prefeito de Santo André (SP), o governo federal voltou a fazer um discurso pelo combate à violência, mas já reduziu em 27% as verbas destinadas à segurança para este ano, acrescentou o senador.

Simon apontou como maior equívoco do presidente Fernando Henrique Cardoso o de ter abraçado a tese da globalização, achando que o neoliberalismo traria solução para todos os graves problemas do país.

– Não trouxe. E hoje até o secretário do Tesouro norte-americano reconhece que os juros cobrados no Brasil são drásticos para o país – comentou.

Simon disse ainda que as privatizações foram feitas pelo atual governo sem nenhum critério, trazendo graves prejuízos ao país. Uma das raras conquistas do atual governo – observou – acabou sendo mesmo a estabilidade econômica, reduzindo a inflação de um patamar de 80% ao mês para apenas um dígito.

O senador afirmou ainda que o governo não terá nenhum problema no Congresso para aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– O governo sempre conseguiu aprovar no Congresso tudo o que lhe interessava, como foi o caso da reeleição. Não será diferente agora – explicou Simon, mesmo em se tratando de uma contribuição criada para vigorar por apenas dois anos, ainda no governo de Itamar Franco. Para o senador, o governo prefere renovar a CPMF a promover uma reforma tributária profunda, que instale a justiça fiscal no país.

Prioridades podem ser votadas até junho, diz Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acredita que até o final deste semestre os projetos de combate à violência em tramitação na Câmara e no Senado e considerados prioritários deverão ser votados. Uma comissão formada por 19 senadores e 19 deputados, além de 38 suplentes das duas Casas, selecionará as matérias que deverão receber prioridade.

– Essa comissão mista terá 60 dias para estabelecer as prio-

riedades e verificar quais os projetos que deverão ser votados mais rapidamente. Se isso acontecer, o Senado e a Câmara terão condições de votar as matérias até o fim do primeiro semestre. Acredito que essas questões de segurança deverão ser

a prioridade tanto no Senado quanto na Câmara – comentou



José Eduardo Dutra prevê votações ainda no primeiro semestre

José Eduardo Dutra.

A comissão mista analisará 245 propostas de combate à violência e segurança pública. A intenção é aperfeiçoar a legislação federal em vigor, já que as novas propostas podem diminuir a criminalidade no país. Apenas no Se-

nado, tramitam 108 proposições sobre o assunto.

CCJ examina regulamentação de juros em 12%

Projeto de Carlos Bezerra, que está pronto para ser votado, estabelece que o cálculo anual dos juros reais deve excluir da taxa quaisquer comissões e a inflação medida pelo IPC da Fundação Getúlio Vargas

Já está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei complementar do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que regula a cobrança de juros reais no máximo em 12% ao ano, prevista na Constituição. O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), preparou seu parecer e pode apresentá-lo assim que a presidência da CCJ colocar o assunto na pauta de votações.



Carlos Bezerra propõe limite de 6% ao ano nos juros cobrados nos financiamentos rurais

O projeto estabelece que o cálculo dos juros reais de 12% deve excluir da taxa quaisquer comissões e a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Se a proposta for aprovada pelo Congresso, qualquer

pessoa ou instituição financeira que cobrar juros reais acima de 12% ao ano estará cometendo o crime de usura. O mesmo projeto prevê que o responsável poderá ser condenado à pena de reclusão, de um a dois anos, e ainda a restituir, em dobro, o valor cobrado a mais no empréstimo.

Carlos Bezerra incluiu em sua proposta um artigo que limita a 6% ao ano o juro real cobrado nos financiamentos rurais e nos projetos de infraestrutura social. Fica ainda estabelecido que serão consideradas nulas cláusulas de contratos civis que estipulem juros superiores aos 12% e que os juízes deverão ordenar a restituição, em dobro, de toda quantia paga em excesso.

A cobrança máxima de 12% de juros, prevista no art. 192 da Constituição, é uma das matérias que o presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ao Congresso para votar prioritariamente neste ano. O assunto provocou polêmica desde que a Carta de 1988 entrou em vigor, especialmente porque o texto constitucional não define o que é “juro real”.

Projeto evita poluição por resíduos sólidos

Com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A proposta proíbe diversas formas de destinação e utilização de resíduos sólidos, entre as quais o lançamento *in natura* e a queima a céu aberto.

O projeto estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, indepen-

dentemente da obrigação de reparos de danos causados.

Ao tratar da gestão dos resíduos sólidos, ressalta Luiz Otávio, o projeto prioriza a prevenção da poluição ou redução da geração de resíduos na fonte, a minimização dos resíduos, a recuperação de materiais ou de energia dos resíduos ou produtos descartados. O relator considera importante o fato de que, segundo a proposta, caberá a todas as instituições civis da sociedade administrar a política para tais resíduos.

Ao justificar sua proposição, Alcântara esclareceu que ela tem por base o trabalho feito pelo ex-depu-



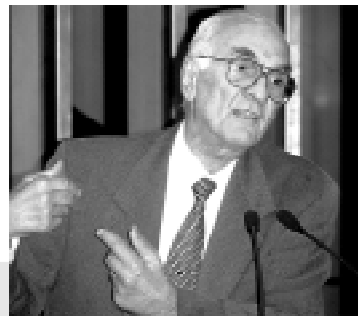
Lúcio Alcântara sugere punições para atividades lesivas ao meio ambiente

tado Fábio Feldmann, que o senador considera “o maior esforço feito no país para equacionar, em legislação moderna e adequada, a questão dos resíduos sólidos”.

Saturnino quer limitar reajuste das tarifas

Com a finalidade de evitar tarifas abusivas de serviços públicos, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou projeto de lei limitando o reajuste dessas tarifas à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período antecedente ao último reajuste tarifário.

Em sua justificativa, o senador argumenta que as agências reguladoras têm concedido reajustes excessivos, muito superiores à inflação, às empresas concessionárias de serviços públicos que foram privatizadas, prejudicando a



A proposta de Roberto Saturnino terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos

população.

—Um exemplo escandaloso dessa política ocorreu com o último reajuste de 20,59% na tarifa de energia elétrica, concedido à Light, no Rio de Janeiro, no final

do ano passado. Na prática, o governo obrigou o consumidor a reduzir seu consumo e depois elevou as tarifas para manter a lucratividade da empresa — protestou Saturnino.

Para o senador, esse procedimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) choca-se com as exigências constitucionais que preconizam a manutenção de serviços públicos adequados, com “tarifas que não oprimam o consumidor”.

A proposta de Roberto Saturnino está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em regime de decisão terminativa.

Viana atribui retorno de doença aos cortes nos investimentos

Se houver decisão política e investimentos efetivos, o Brasil poderá superar o quadro grave de retorno de velhas doenças que afligem atualmente o país e que trouxe de volta, em elevados índices de mortalidade, males como a tuberculose, a hanseníase (lepra), a malária e a dengue. A opinião é do senador Tião Viana (PT-AC), que atribui a atual situação aos elevados cortes feitos pelo governo nos investimentos na área de saúde.

Para Tião Viana, o que acontece hoje com o surto de dengue é vergonhoso, porque tal situação poderia ter sido evitada se o governo não tivesse ignorado o alerta feito por diversas autoridades sanitárias há vários anos sobre a possibilidade da volta de surtos endêmicos no país em razão do reduzido nível de investimentos em saúde e saneamento básico. Entre os que chamaram a atenção do governo para o problema, citou, estão a Sociedade Brasileira de Medicina Tropical e o Congresso Brasileiro do Amazonas.

Segundo o senador, a resposta do governo a esses insistentes apelos das autoridades sanitárias



Para Tião Viana, surto de dengue poderia ter sido evitado se governo não ignorasse alerta

veio na forma de um corte de quase R\$ 2 bilhões na programação dos investimentos em saneamento básico e de um corte de R\$ 769 milhões só na Fundação Nacional da Saúde, que tem como ação prioritária o combate a endemias.

— Há uma enorme distância entre o que os técnicos pensam e dizem e o que o governo decide fazer. Lamentavelmente, temos um governo preocupado somente com as “tesouras orçamentárias”, com os cortes, ignorando que fazer saúde pública não é caro.

O senador registrou que a cada 12 minutos uma pessoa é vitimada no país pela hanseníase e que a tuberculose mata cerca de 90 mil brasileiros a cada ano.

Subcomissão do Idoso fará audiências em nove estados

A Subcomissão Permanente do Idoso, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, viaja ainda este mês para os estados do Tocantins e de Mato Grosso do Sul, onde realizará audiências públicas com o objetivo de ouvir propostas de interesse dos idosos. De março a maio, as audiências serão no Amapá, Sergipe, Pará, Acre, Roraima, Sergipe e Bahia. Esse roteiro foi acertado em reunião informal na residência da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) em dezembro último, quando os integrantes da subcomissão aprovaram o programa de ações do colegiado para 2002.

Presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), a subcomissão decidiu também editar um livro contendo todas as leis



A subcomissão presidida por Leomar Quintanilha inicia viagens ainda este mês

em vigor que tratem de idosos e da Previdência Social, a ser distribuído nos estados. Será criado ainda um *site* na Internet, com informações sobre tudo o que se refere a idosos.

A subcomissão pretende reunir-se a partir de agora todas as quartas-feiras, antes do início da reunião semanal da CAS.